Governo Lula anuncia 2ª edição do CPNU com 3.352 vagas para 35 órgãos

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, apresentou detalhes da 2ª edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), em coletiva de imprensa na tarde desta segunda, 28 de abril, em Brasília (DF). Serão 3.352 vagas em 35 órgãos públicos. Haverá 2.180 vagas imediatas (1.672 de nível superior e 508 de nível intermediário) e 1.172 para provimento de curto prazo, após a homologação dos resultados. A previsão de início da fase de inscrições é para o mês de julho e a prova objetiva, primeira etapa da seleção, está agendada para 5 de outubro.

Para a ministra, o certame demonstra o compromisso e esforço do Governo Federal em construir um serviço público com a cara do Brasil, por meio de um modelo de seleção inovador, democrático e inclusivo. O CPNU 2 terá nove blocos temáticos e o mesmo sistema de inscrição para diferentes cargos dentro do mesmo bloco, com lista de preferência. A previsão é de que as provas sejam aplicadas em cerca de 228 cidades.

“Na nossa visão, a importância de se realizar um novo concurso é que um grande número de pessoas estão se aposentando no serviço público federal e a gente acha que essa ideia de poder contratar, de forma periódica e ampla, para termos um serviço público com a cara do Brasil, é super importante. A gente quer transformar essa política pública em algo permanente, se for possível”, afirmou Esther Dweck. “O CPNU é parte de um processo de transformação do Estado. O ministério foi criado para esse processo de transformação em um Estado soberano, democrático, eficiente, inclusivo, verde e digital”, completou.

O CPNU é parte de um processo de transformação do Estado. O ministério foi criado para esse processo de transformação em um Estado soberano, democrático, eficiente, inclusivo, verde e digital”

Esther Dweck, ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Os principais cargos e vagas imediatas para nível superior são para Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico (250 vagas) e Analista Técnico de Defesa e Justiça (250), além de cargos nos ministérios das Cidades (15), do Desenvolvimento Agrário (64), do Turismo (8), da Integração e Desenvolvimento Regional (10), da Fazenda (30) e da Pesca e Aquicultura (33). Para inscritos com ensino médio completo, as vagas contemplam instituições como ANP (50 vagas para nível superior e 16 para ensino médio), Anac (70 para médio), Anatel (50 para médio), ANM (80),

ANS (20), Antaq (30), ANTT (50) e Anvisa (14), entre outros.

CRONOGRAMA — Uma das novidades é que as provas serão aplicadas em duas fases e datas, seguindo o seguinte cronograma previsto:

Edital e inscrições: Julho de 2025
Prova objetiva: 5 de outubro de 2025
Prova discursiva: para habilitados na primeira fase: 7 de dezembro de 2025
Divulgação de resultados: fevereiro de 2026

A convocação para a segunda fase vai respeitar a ideia de nove vezes o número de vagas para cada cargo, tanto para ampla concorrência quanto para vagas reservadas.

ÓRGÃOS — Superando a primeira edição, que teve cargos em 21 órgãos públicos, o CPNU 2 amplia o número para 35 órgãos.

NOVAS CARREIRAS — Para a segunda edição, o ministério confirmou a inclusão de duas carreiras: Analista Técnico de Justiça e Defesa e Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico — ambas de nível superior. Carreiras transversais são aquelas com atribuições e responsabilidades que podem ser exercidas em diversos órgãos e entidades da administração pública federal. Um outro ajuste para o CPNU 2, baseado nos aprendizados da primeira versão do chamado Enem dos Concursos, será o edital unificado para todos os blocos temáticos, com nove documentos separados.

IDENTIFICAÇÃO AUTOMÁTICA — O CPNU 2 usará o código de barras no cartão-resposta para identificar automaticamente o candidato, no lugar do preenchimento de bolinhas com caneta preta, como ocorreu na primeira edição do certame. Com a nova tecnologia, cada caderno de questões virá com um código único, que identifica o candidato sem revelar seus dados pessoais aos corretores. O anonimato tem o objetivo de garantir a imparcialidade e a justiça. A expectativa é que o novo sistema também agilize a correção e a divulgação de resultados dos candidatos.

PRIMEIRO CPNU — Foi o maior concurso público já feito no país. Ofereceu 6.640 vagas em 21 órgãos públicos federais e teve mais de 2,11 milhões de inscritos confirmados. O certame representa a reposição de quadros do Executivo, além de oferecer novas carreiras e oportunidades a quem deseja trabalhar na administração pública. Incrementa, inclusive, a qualidade dos serviços oferecidos pelo Governo Federal. As provas foram aplicadas em 228 locais para facilitar acesso de candidatos de todo o país, permitindo uma distância média de deslocamento de 100 km da residência. Houve aprovações em 908 cidades e em todos os estados e no Distrito Federal. Um total de 24,5% dos aprovados são pessoas negras, 2,3% são indígenas e 6,8% são pessoas com deficiência.

Fonte: *Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República*